



**«FOME DE MUNDO»: REFLEXÕES SOBRE A LITERATURA DE VIAGENS NA  
EXTINTA RDA**

**MÁRIO MATOS  
UNIVERSIDADE DO MINHO**

0


A pertinência de algumas reflexões fragmentárias no *Livro do Desassossego* acerca do fenómeno da viagem e do género literário que dela faz seu objecto de representação parece-me justificar que delas partamos<sup>i</sup> para aqui deixar algumas considerações sobre a literatura de viagens num tempo e lugar bem distantes de Pessoa, a saber: na extinta República Democrática Alemã (RDA). Espero que esta convocação, aparentemente extemporânea e deslocada, de um texto bem conhecido de todos nós com o fim de nos aproximarmos de um objecto de estudo atéaomomento pouco trabalhado<sup>ii</sup> se torne, com o decorrer desta comunicação, um pouco mais inteligível.

1

*Sobre o «fastio» e a «fome»*

Interrogando-se sobre «Que é viajar, e para que serve viajar[,] [se] qualquer poente é o poente; não [sendo] mister ir vel-o a Constantinopola[?]» (Pessoa, 1992: 135), a figura de Bernardo Soares chega à dolorosa conclusão de que «Nunca desembarcamos de nós. Nunca chegamos a outrem, senão outrando-nos pela imaginação sensível de nós mesmos.» (*idem*) A sua consciência amarga da vanidade de qualquer tentativa de uma comunhão verdadeiramente interactiva com o mundo exterior e com o outro levam-no por isso a crer que

«são tam pobres sempre como livros de experiencia os livros de viagens, valendo sómente pela imaginação de quem os escreve. E se quem os escreve tem imaginação, tanto nos pode encantar com a descripção minuciosa, photographica a estandartes, de paisagens que imaginou, como com a descripção, forçosamente menos minuciosa, das paisagens que supoz ver. Somos todos myopes, excepto para dentro.» (*ibidem*, 136)




Uma afirmação tão peremptória e à primeira vista tão desconcertante como: «A idéia de viajar nauseia-me.» (ibidem, 131) é assim apenas a consequência lógica da mundivisão desencantada e do raciocínio hiperlúcido daquele que, por vontade própria e convicção filosófica, renuncia à mobilidade física e sobrepõe o valor *ontológico* da viagem imaginária à (im)possibilidade *epistemológica* da experimentação concreta de alteridade por via da viagem real.

Por outro lado, aos olhos daquele para quem a viagem a um destino qualquer de sua livre escolha nunca passou de uma *miragem*, como o foi o caso para a grande maioria dos cidadãos comuns da RDA, esta concepção da inacessibilidade de uma realidade exterior e, respectivamente, da incomunicabilidade de qualquer percepção do mundo, este elogio pessoano da estagnação física, dos *stabilitas loci*, no fundo involuntária e paradoxalmente pervertendo os seus traços idealistas e platónicos, afigurar-se-á antes como o seu oposto, designadamente, como solipsismo ou mesmo cinismo. Pois aquele que, por condicionamento político, carece da possibilidade de fazer a experiência própria da deslocação ao estrangeiro, sobretudo se esse se situar no hemisfério não-socialista, aquele a quem é imposta uma existência provinciana por detrás do «muro de protecção» e para quem a literatura de viagens constitui como que uma porta ou janela para o mundo, um *medium* para saciar de forma ilusória a sua «fome de mundo», para aqui utilizar a imagem sensorial de Reiner Kunze num poema de 1966 com o título «Pequena sonata de viagem» (Kunze, 1978: 108), esse muito dificilmente poderá entender o «fastio» de Bernardo Soares.

Estamos aqui portanto perante duas perspectivas da viagem e das suas formas de representação textual dicotómicas a que subjazem aspectos de ordens sistémicas distintas e de quadros referenciais diferentes, que não só condicionam mas determinam e enformam as diferentes visões sobre uma mesma «realidade», seja ela empírica, ideológica ou simbólica. Assim, é inevitável abordar-se aqui a «questão extra-textual (mas simultaneamente intra-textual) das condições (contextos, sistemas, tradições) de produção e recepção dos textos.» (Clara, 1997: 585)

É precisamente nesse sentido que de seguida tentarei deixar aqui algumas pistas para o que se poderá entender como uma leitura (poli)contextualizada do fenómeno da viagem e suas múltiplas formas de representação literária numa sociedade com um índice de literacia muito elevado (veja-se a autodenominação mítica da RDA como




*Leseland*, isto é, «país da leitura») mas quase «analfabeta» no que diz respeito à experiência empírica da viagem além-muros. A dimensão do *corpus*, em si mesmo muito heterogéneo e que aqui denominamos, por um questão meramente heurística, de *literatura de viagens na RDA*, levaram-me a optar por uma abordagem panorâmica em que tentarei apontar, de forma sucinta, alguns condicionamentos e tendências fenomenológicas do género. Olhando ao âmbito delimitado de uma comunicação, abdicarei de um modo geral das habituais citações.

## 2

### *Utopia, viagem e fronteira*

Se entendermos, de um modo meramente conceptual, é certo, a efémera existência da RDA (1949-1989/90) como projecto a que o género «utopia de Estado» está inerente, poder-se-á então inscrevê-la numa longa tradição tipológica. Na verdade, se olharmos as «grandes narrativas» (Lyotard), ou seja, as construções filosóficas e literárias de sistemas políticos, sociais e culturais de cariz utópico a partir de uma perspectiva diacrónica<sup>iii</sup>, deparar-nos-emos obrigatoriamente com o fenómeno da *viagem* e da *fronteira* enquanto temática recorrente que se estende como que um fio condutor através de toda história desse género. Apesar de em certa altura, sobretudo a partir do século XVIII com o surto de relatos de longas viagens empreendidas até aos cantos mais remotos e exóticos do globo, se assistir à generalização de uma associação directa entre a viagem e a utopia, ter-se-á no entanto de chamar aqui a atenção para o facto etimológico de que *u-topia* significa, contrariamente à pressuposição de esse conceito implicar movimento ou mobilidade, «*não-lugar*» ou, dito com outras palavras, o lugar *virtual*, a-temporal e a-espacial onde *termina* a viagem e do qual jamais se pretenderá partir. A conceptualização e significação da «fronteira» como delimitação, preservação e estabilização de um *estado* (num duplo sentido da palavra) que se auto-entende como concluído e perfeito é por isso um aspecto intrínseco - mas nem por isso sempre contemplado - aos fenómenos da utopia, da viagem e, portanto, também da sua fixação literária.

Num artigo com o título enigmático "O fim da despedida", estranhamente (ou não) publicado numa das poucas revistas literárias da RDA que resistiram para além do colapso do Estado em si mesmo, Jochen Kornelius Schütze relembra-nos que, ao longo




da história do «género textual da utopia de Estado», muitos foram os «gestores de utopias» que «restringiram fortemente a viagem ou a proibiram mesmo por completo» com o manifesto propósito de precaver uma infiltração de «novidades ameaçadoras» à estabilidade do sistema. (Schütze, 1995: 596). Desde a colónia agrária na ilha de Creta projectada por Platão nos seus *Nomoi*, em que só às pessoas de idade avançada seria permitido viajar, passando pela referência à obrigatoriedade de se possuir uma autorização oficial emitida pelo Estado sem o qual os habitantes da ilha *Utopia* de Thomas Morus não podiam deslocar-se para além-fronteiras - um visto, portanto -, até à *Nova Atlantis* de Francis Bacon, onde havia uma academia que regularizava com rigor a entrada e saída de viajantes estrangeiros e autóctones, Schütze fornece-nos numerosos exemplos da tradição restritiva inerente a esse género de narrativas utópicas. Sem que sejam directamente mencionados os mecanismos proibidores em relação à viagem na RDA, os paralelismos entre as clássicas construções ficcionais e/ou filosóficas de estados virtuais e o funcionamento concreto num sistema em que vigorava o chamado «socialismo real» (*realexistierender Sozialismus*) são por de mais evidentes.


### 3

#### *A Política e a Viagem*

A par das múltiplas figurações literárias da *viagem*, a *fronteira*, isto é, o *muro*, foi, ao longo de todo o período de existência da RDA, um dos campos semânticos com a maior carga simbólica, tendo, por isso, constituído um dos motivos mais recorrentes do discurso político e literário.<sup>iv</sup> Para demarcar de forma inequívoca o espaço de um novo sistema político, social e cultural nada melhor do que um *muro*, pelo menos assim o terão pensado os dirigentes da RDA em 1961, quando, depois de alguns anos eufóricos do pós-nazismo, a confiança popular na utopia socialista começa a dar sinais de uma progressiva erosão que se tinha vindo a manifestar numa imparável e maciça vaga de emigração (de 1949 a 1961, mais de dois milhões e meio de saídas definitivas). Para além desse manifesto desencanto a nível interno por parte significativa da população mas também por muitos intelectuais, que já alguns anos antes se expressara na revolta de 17 de Junho de 1953, a conjuntura política internacional dita um afastamento cada vez maior entre os dois blocos mundiais. Por conseguinte, regista-se uma forte tendência integrativa nos respectivos sistemas antagónicos. As décadas de 50



e 60 são assim marcadas por um evidente virar-de-costas ao mundo ocidental por parte da RDA, enquanto ao mesmo tempo se desenvolve uma intensa campanha diplomática pela aceitação de uma «Alemanha socialista», até aí concebida como provisória, enquanto Estado-nação de plena soberania. Este propósito culminará numa série de «tratados bilaterais de amizade» com outros países do «mundo não-capitalista» que iriam conferir à RDA o estatuto de um país (semi)internacionalmente aceite. A construção do «muro de protecção» contra o «imperialismo ocidental» significa assim a despedida definitiva e inequívoca dos laivos de uma utopia universalista que possam ter existido num projecto inicial da construção de uma «Alemanha melhor», uma «Alemanha humanista». A necessidade de se legitimar o inequívoco fechamento da RDA em relação ao mundo ocidental iria ter obrigatoriamente implicações directas e concretas não só em relação à política reguladora e ao processo de significação simbólica da viagem mas também no que diz respeito à própria produção e recepção da literatura de viagens. Com esta «chegada ao quotidiano» (*Ankunft im Alltag*), título de um romance precisamente editado no ano em que foi erigido o «muro», da autoria da então jovem e promissora Brigitte Reimann, que iria metaforicamente fornecer o mote de uma nova etapa política, social e cultural de uma RDA mais enclausurada, também a produção literária em geral começa a despedir-se de um discurso universalista, das grandes meta-narrativas, para se debruçar, de forma umbilical, por assim dizer, sobre os «pequenos grandes problemas» do sujeito no seu dia-a-dia. Pode-se assim falar num irromper literário de um certo subjectivismo cada vez menos enquadrado com as prescrições de uma «objectividade» oficialmente decretada pelo dogma estético-político do *realismo socialista*. A expressão do desejo latente da viagem e da lamentação de um provincianismo imposto pela fronteira mais bem guardada do mundo começa a penetrar na produção romanesca e novelística, se bem que quase sempre sob a forma de aparentes pequenos-à-partes e assim muitas vezes escapando à censura. Mas é sobretudo na poesia, um terreno em que, a partir da década de 60, se começa a concentrar a voz do protesto e a exigência de uma maior autonomia para a literatura, que se assiste a um verdadeiro surto da temática da viagem. O já citado ciclo de poemas «Fome de mundo» do volume *Sensible Wege*, que em 1966 fora censurado na RDA e saiu três anos mais tarde pela chancela da editora Fischer na República Federal Alemã (RFA), inscreve-se




portanto numa vaga poética que recorre insistentemente à metáfora da viagem como expressão simbólica da exigência de uma maior abertura *real* ao mundo.

Em suma, poder-se-á portanto dizer que o fenómeno da viagem e, implicitamente, as suas formas de representação são funcionalizados para fins não só diversos mas opostos. Da perspectiva do aparelho político, servirão para legitimar a fronteira, sendo ao mesmo tempo concebidos como uma espécie de válvula, de escape ilusório, para o desejo colectivo de uma maior mobilidade turística. Do ponto de vista oposicionista, a literatura de viagens contém em si mesma um potencial pelo menos mentalmente libertador, constituindo assim não só um refúgio imaginário de um quotidiano marcado pela imobilidade física mas também um *medium* pressupostamente informativo sobre as «realidades» de um estrangeiro inacessível, de um «outro mundo» excluído da chamada «opinião pública» controlada pelo Estado. Essa plurifuncionalização diametralmente oposta à evolução da literatura de viagens no mundo ocidental, onde o relato de viagens denota uma forte tendência para ser substituído pelo género «factográfico» do guia turístico em livro ou da reportagem de viagem televisiva, tem na RDA uma história própria, uma evolução intra e extra-literária cujas diversas etapas poderei aqui apenas aflorar..

#### 4


#### *A evolução (des)contínua de um género*

As memórias literárias das «viagens forçadas» por parte de muitos escritores exilados durante o período nazi e que no pós-guerra regressariam à zona de ocupação soviética de uma Alemanha purificada do fascismo constituem nos primeiros tempos da RDA uma parcela substancial do que num sentido lato se poderia denominar de literatura de viagens. A par deste tipo de textos itinerários, em que os elementos *autobiográficos*, as experiências amargas da fuga e do exílio, se sobrepõem *grosso modo* a uma preocupação *hetero-representacional*, ao interesse do encontro intercultural com o outro, começa a emergir uma outra espécie de literatura de viagens, essa já não só como produto de um passado negro mas como fruto de um presente aparentemente radioso, que se caracteriza por um tom obrigatoriamente mais optimista. Refiro-me aos relatos de viagens redigidos pelos «escritores de confiança» eleitos para participar nas cada vez mais numerosas delegações político-culturais aos «países irmãos». Essas



«viagens diplomáticas» inserem-se claramente numa estratégia de instrumentalização da literatura para fins estabilizadores a nível de política interna e externa. De acordo com uma concepção de um forte cunho socio-didáctico das artes, ou seja, em sintonia com o dogma estético do *realismo socialista* que desautonomiza a literatura para a colocar ao serviço de sistemas extra-literários, a política oficial de fechamento ao ocidente e a consequente abertura ao mundo socialista confere ao género do relato de viagem a dupla função de deleitando educar e sensibilizar os leitores da RDA, por um lado, para um sentimento patriótico em relação a uma «pátria cortada a meio» e, por outro, para uma visão cosmopolita do «internacionalismo socialista». A encenação literária do encontro intercultural com povos que se encontrariam num caminho comum rumo a um futuro radioso assume nesses textos os contornos claros do que se poderá chamar de uma *estética romântica da revolução*. Apesar de em muitos casos se tratar de textos saídos da pena de escritores de outras obras de uma inegável qualidade estética e de renome internacional, tratando-se pois de autores que modo geral tinham iniciado a sua carreira literária durante os tempos culturalmente florescentes da República de Weimar<sup>v</sup>, a perspectiva rectilínea sobre a História, a crença incondicionalmente teleológica num progresso imparável que conduziria à felicidade em terras socialistas, as intermináveis enumerações dos feitos heróicos a nível colectivo das «sociedades socialistas em construção» assim como a exaltação exacerbada da figura do chefe de Estado socialista confere a esses relatos de viagens o *pathos* típico de uma literatura *agitprop*. Não obstante a sua pobreza estética, essa espécie de literatura de viagens - pelo menos o número elevado de edições, reedições e tiragens indicam nesse sentido - terá encontrado um vasto público de leitores que, à falta de melhor, se teria de contentar com uma percepção e experiência literária e literalmente filtrada do estrangeiro. Os relatos de viagens históricas e/ou fantásticas, outro subgénero da literatura de viagens muito querido aos cidadãos da RDA, esses não lhes podiam pois oferecer quaisquer referências ao seu mundo contemporâneo. Do ponto de vista da produção, mais concretamente em relação ao móbil do escritor/produtor de relatos de viagens, talvez se possa aqui afirmar de modo um pouco especulativo que a submissão da estética à função extra-literária da diplomacia internacional, ao papel do intelectual como Embaixador e catalizador intercultural, fosse o preço que muitos escritores tiveram de pagar para poder ascender à posição privilegiada de integrar o chamado «quadro de







viajantes» (*Reisekader*). A tentação de pertencer à elite daqueles que sempre podiam fazer algumas viagens, mesmo que não se tratassem de destinos livre e pessoalmente escolhidos, para assim se realizar um dos mais intensos, senão mesmo o mais intenso desejo colectivo dos cidadãos da RDA, ter-se-á sobreposto à autonomia estética, conforme muitos autores o confessam, quer de forma mais camuflada nos próprios livros de viagens, quer de modo mais desinibido nos textos não destinados a publicação (p.ex. diários).<sup>vi</sup>

Para continuar esta breve viagem panorâmica pelo imenso *corpus* da literatura de viagens ao longo dos quarenta anos de vida da RDA, saltemos agora para a década de 70. E também no que diz respeito a essa época a produção literária não poderá ser vista fora do contexto político. A substituição, em 1971, de Ulbricht na chefia do Estado e do partido único (*SED*) por Honecker, que em relação à política literária promete uma certa liberalização, uma «literatura sem tabus», de acordo com as suas próprias palavras proferidas num dos primeiros discursos oficiais, rapidamente se iria desvendar como uma esperança falaciosa numa maior mobilidade turística e autonomia literária. A expatriação de W. Biermann, entre outros, a exclusão de toda uma série de escritores da Academia das Artes e da associação estatal de escritores e o conseqüente êxodo de milhares de cidadãos da RDA e de muitos intelectuais são pois sinais evidentes de uma política cultural insegura e, por isso, extremamente autoritária que se caracterizava por uma atitude de caranguejo - «um passo para a frente, dois passos para trás» - e que, não obstante suas desesperadas tentativas por controlar um sistema literário que agora tendia progressivamente a se libertar de um padrão anti-modernista, se revelaria incapaz de evitar a morte anunciada do dogma estético do realismo socialista. Esta tendência emancipatória da literatura da RDA e, implicitamente, do seu subgénero relato de viagem, iria evidentemente coexistir com uma produção perfeitamente enquadrada com os parâmetros oficialmente decretados. No que diz concretamente respeito à literatura de viagens há um factor a nível da política internacional que não poderia deixar de influenciar as suas condições de produção e recepção, designadamente: o afrouxamento das tensões entre os dois blocos mundiais. Sobretudo a primeira metade do decénio de 70 é marcada por uma política de desanuviamento que se baseava numa conformação internacional com o *status quo* e no desejo de uma coabitação pacífica. As «Conferências de Helsínquia», a aceitação da RFA e da RDA como dois Estados





soberanos na ONU e, no que concerne as relações entre as duas Alemanhas, a assinatura de diversas convenções (*Grundlagenverträge*) implicariam, pelo menos teoricamente, um maior intercâmbio político, económico e cultural. Com o tratado sobre a emissão de vistos para viagens ao mundo ocidental, mormente para pessoas já reformadas e para representantes eminentes da cultura (e do desporto, que foi, aliás, uma das «bandeiras») da RDA, cria-se a enorme expectativa de ter finalmente chegado o tempo das grandes viagens. O «mundo da fartura», o «*Golden West*», os recantos exóticos do globo, Sol e Sul, todo um mundo imaginário pelo qual até ao momento apenas se viajara nas páginas encantatórias do livros de viagem cada vez mais numerosos, com uma presença cada vez maior nas montras das livrarias do «país da leitura», parecia estar agora ao alcance. Como demonstração do novo rumo de «abertura ao mundo ocidental» (*Weltoffenheit*), o envio de escritores de renome - uns apenas a nível nacional, mas outros também de reconhecimento internacional<sup>vii</sup> - em viagens a todos os quadrantes do mapa mundial passa a ser uma prática estatal com que se visava atingir, de uma só cajadada, logo vários objectivos. Por um lado, pretendia-se assim mostrar ao mundo que a RDA era um Estado cosmopolita e liberal que entrara na era da globalização, por outro, colocava-se a classe dos escritores, tanto os conformados como os menos conformados, cujo tom crítico em relação ao provincianismo da literatura oficialmente decretado não parava de aumentar, na expectativa de sempre poderem vir a usufruir do «prémio de bom comportamento» constituído pela viagem. Em terceiro lugar, com a verdadeira «torrente de livros de viagens» (Borde, 1979: 152) que se verifica ao longo das duas últimas décadas da RDA - só nos primeiros anos de 70 foram editadas logo três grandes antologias de relatos de viagens redigidos por escritores, ora mais, ora menos críticos, assim como se publicaram duas histórias culturais da viagem<sup>viii</sup> -, dava-se aos não-privilegiados cidadãos comuns, quer aos mais fiéis, quer aos menos enquadrados, a sensação de «saciar o seu desejo do longe pelo menos de forma compensatória» (Emmerich, 1997: 292), contribuindo-se assim para a desejável manutenção de um optimismo populacional alicerçado sobre uma grande *ilusão* que iria perdurar até à «queda do muro». O clímax de um desejo adiado ao longo de quarenta anos atinge-se com uma das mais ouvidas exigências durante as manifestações de massas com que se iniciou a «revolução silenciosa» e que em última instância foi mesmo um dos co-



factores determinantes para a implosão do regime: «*Sicht frei bis nach Hawaii!*» (Vista livre até ao Havai!)

5

*O fim da ilusão*

Terão sido poucos os ex-cidadãos da RDA que durante os últimos doze anos pós-muro conseguiram ir mesmo até ao Havai. As grandes viagens turísticas não só requerem tempo e (muito) dinheiro mas também rapidamente se desvendam como buscas ilusórias de um paraíso terrestre há muito perdido, como crença falaciosa numa simbiose do *eu* com o *outro*. É esta a conclusão desencantada, a grande *desilusão* da protagonista de uma viagem simbólica à volta do mundo, do leste via ocidente para o leste, num romance de 1995 da escritora da ex-RDA Angela Krauss:

Aquí estás no lugar certo, tal como estarás noutro lugar qualquer, portanto também podes estar aqui. É indiferente onde estás, tudo está certo. O ser humano não precisa de partir, para quê? Para ver o mundo? Para quê? O ser humano vê-se sempre a si mesmo. Tudo o que vê é semelhante a ele, países, gentes, é tudo à sua medida. Não consegue assimilar aquilo que é verdadeiramente estranho, o ser humano. Não consegue reconhecer no exterior senão si mesmo. Ele está fechado em si mesmo, e é por isso que procura a liberdade. Ele procura a liberdade no exterior, [sendo porém impossível encontrá-la]. (Krauss, 1996: 118)

E assim chegámos de novo ao ponto de onde partíramos. Bernardo Soares disse a esse respeito: «Quem cruzou todos os mares cruzou sómente a monotonia de si mesmo. (...) Se viajasse, encontraria a copia debil do que já vira sem viajar.» (Pessoa, 1982: 135s). E di-lo com a mesma consciência dolorosa de muitos desiludidos das grandes utopias políticas pós-pessoanas que marcaram o século passado. A diferença é que estes, para chegar no fundo à mesma conclusão, tiveram de passar pela experiência da impossibilidade/inacessibilidade da viagem, designadamente a consciência de que somos «Transeuntes eternos por nós mesmos, não ha paisagem se não o que somos. (...) O universo não é meu: sou eu.» (*idem*, 138).

<sup>i</sup> Veja-se a esse respeito o capítulo sobre as «Figurações da viagem no *Livro do Desassossego*» no volume da autoria de Maria Alzira Seixo (1998) e o artigo de Leyla Perrone-Moisés (1998).

<sup>ii</sup> A par de alguns estudos de carácter mais monográfico sobre a obra de determinados escritores da RDA em que se podem encontrar alguns reparos marginais acerca da produção de textos de viagens, existe apenas uma dissertação (porventura apresentada a uma universidade da então Alemanha Federal) exclusivamente dedicada à literatura de viagens na RDA referente ao período entre 1971 e 1985 [Barbara Zwirner (1986)]. Sobre a situação actual da investigação dessa temática *vide* Mário Matos (2001).

<sup>iii</sup> Para uma visão histórica do género veja-se Klaus L. Berghahn/Hans Ulrich Seeber (1983).

<sup>iv</sup> Alessandra Jaforte (1991) oferece uma resenha interessante da temática do «muro» na literatura da RDA.

<sup>v</sup> Veja-se, por exemplo, a prosa de viagem de Alfred Kurella, F. C. Weiskopf, Bodo Uhse, Ludwig Renn e Hanns Cibulka.

<sup>vi</sup> A título de exemplo apenas, e para citar o caso aqui já referenciado de Brigitte Reimann, é interessante verificar-se as diferenças, não só motivadas por questões da produção estética propriamente dita, entre o seu «diário» de uma viagem de delegação à Sibéria publicado em 1965 com o título *Das grüne Licht der Steppen* e as versões «privadas» dessa mesma viagem, isto é, não destinadas a publicação, editadas, primeiro em 1983, numa antologia póstuma das suas cartas e seus diários pessoais, e, mais recentemente, em 2000. Apesar de na edição de 1983, portanto ainda durante os tempos da RDA, já se encontrarem algumas críticas ao sistema por parte da autora, é significativo que aí se tenha omitido uma passagem que apenas aparece na referida edição pós-RDA, nomeadamente quando Reimann confessa: « (...) amanhã começarei a escrever o meu diário de viagem. Decidi-me por esta forma privada (...), assim poderei colocar - sob a capa da ingenuidade - alguns ovos-surpresa no ninho burocrático de certas pessoas.» (Reimann, 2000: 177).

<sup>vii</sup> A produção intensa de textos de viagens por parte de Günter Kunert ou Fritz Rudolf Fries são apenas dois exemplos, entre muito outros, de escritores de gabarito internacional.

<sup>viii</sup> Veja-se as antologias editadas por Peter Abraham (1976), Helga Pankoke (1976) e Manfred Jendryschick (1977). Os estudos histórico-culturais sobre a viagem e a literatura de viagens são de Hans Bauer (1971) e de Winfried Löscheburg (1977).

## Bibliografia

Abraham, Peter (ed.) (1976): *Fernfahrten. Erlebt und erdacht von achtzehn Autoren*, Berlin (Ost).

Bauer, Hans (1971): *Wenn einer eine Reise tat. Eine Kulturgeschichte des Reisens von Homer bis Baedeker*, Leipzig.

Berghahn, Klaus L./Seeber, Hans Ulrich (1983): *Literarische Utopien von Morus bis zur Gegenwart*, Königstein/Taunus

Borde, Inge (1979): «Sich auf den Weg machen», in *Neue Deutsche Literatur*, 1/1979, pp. 152 ss.

Clara, Fernando (1997): «As cidades e as ilhas. Algumas reflexões a propósito do enquadramento teórico da literatura de viagens», in Ana Margarida Falcão et al. (org.): *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito*, Lisboa, pp. 579-587.

Emmerich, Wolfgang (1997): *Kleine Literaturgeschichte der DDR. Erweiterte Ausgabe*, Leipzig.

Jaforte, Alessandra (1991): *Die Mauer in der literarischen Prosa der DDR*, Frankfurt am Main, Bern, New York, Paris.

Jendryschick, Manfred (ed.) (1977): *Auf der Strasse nach Klodawa. Reiseerzählungen und Impressionen*, Halle (Saale).



---

Krauss, Angela (1996): *Die Überfliegerin*, Frankfurt am Main.

Kunze, Reiner (1978): *Die wunderbaren Jahre. Lyrik - Prosa - Dokumente*, Frankfurt am Main, Wien, Zürich.

Löschburg, Winfried (1977): *Von Reiselust und Reiseleid. Eine Kulturgeschichte*, Leipzig und Frankfurt am Main.

Matos, Mário (2001): «Reise nach Poetaniien»: Zur literarischen Kommunikation über die Fremde in der DDR», in Alfred Opitz (ed.): *Erfahrung und Form. Zur kulturwissenschaftlichen Perspektivierung eines transdisziplinären Problemkomplexes*, Trier, pp. 177-192.

Pankoke, Helga (ed.) (1976): *Aufenthalte anderswo. Schriftsteller auf Reisen. Eine Anthologie*, Berlin und Weimar.

Perrone-Moisés, Leyla (1998): «Du voyage héroïque (*Message*) au 'voyage jamais fait' (*Le Livre de l'Intranquilité*)», in Maria Alzira Seixo, Graça Abreu (ed.): *Les récits de voyages. Typologie, historicité*, Lisboa.

Pessoa, Fernando (1982): *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, Vol. II, recolha e transcrição de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho, Lisboa.

Reimann, Brigitte (2000): *Das grüne Licht der Steppen. Tagebuch einer Sibirienreise*, Berlin.

Schütze, Jochen Kornelius (1995): «Das Ende vom Abschied», in *Sinn und Form. Beiträge zur Literatur*, 47. Jahr, 4. Heft, Berlin, pp. 595-603.

Seixo, Maria Alzira (1998): *Poéticas da viagem na literatura*, Lisboa.

Zwirner, Barbara (1986): «*Besseres Land - schöne Welt*». *Sozialistischer Patriotismus und Welterfahrung in der Reiseliteratur der DDR nach dem VIII. Parteitag der SED 1971*. Diss.: Freie Universität Berlin.